



TESOURO NACIONAL

2026
Junho

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Rogério Oliveira Ceron

Secretário do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

David Rebelo Athayde

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Paulo Moreira Marques

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Luiz Fernando Alves

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Francisco Onivaldo de Oliveira Segundo

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Administração, Transformação Digital e Inovação (SUATI)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-Junl: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

Anexo 3

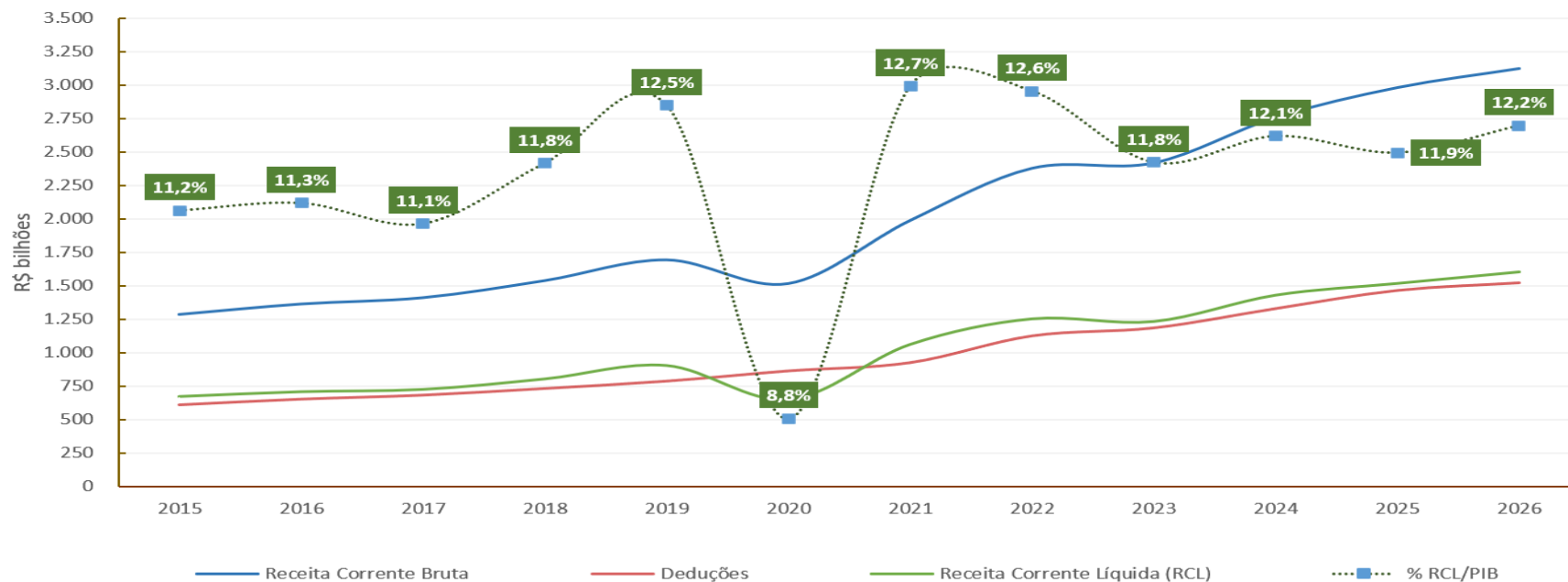
Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2025	JUN/2026
Receita Corrente Bruta	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.982	3.125
Receita Tributária	546	517	711	856	888	1.146	1.259
Receita de Contribuições	853	826	1.001	1.128	1.197	1.488	1.647
Demais Receitas Correntes	292	171	274	392	332	347	218
Deduções	785	862	924	1.124	1.184	1.464	1.521
Transf. Constitucionais e Legais	298	378	367	487	484	621	691
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	405	396	454	530	586	709	793
Outras Deduções	83	87	103	107	113	135	38
Receita Corrente Líquida (RCL)	906	652	1.063	1.253	1.234	1.518	1.603

Fonte: RREO



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 3.

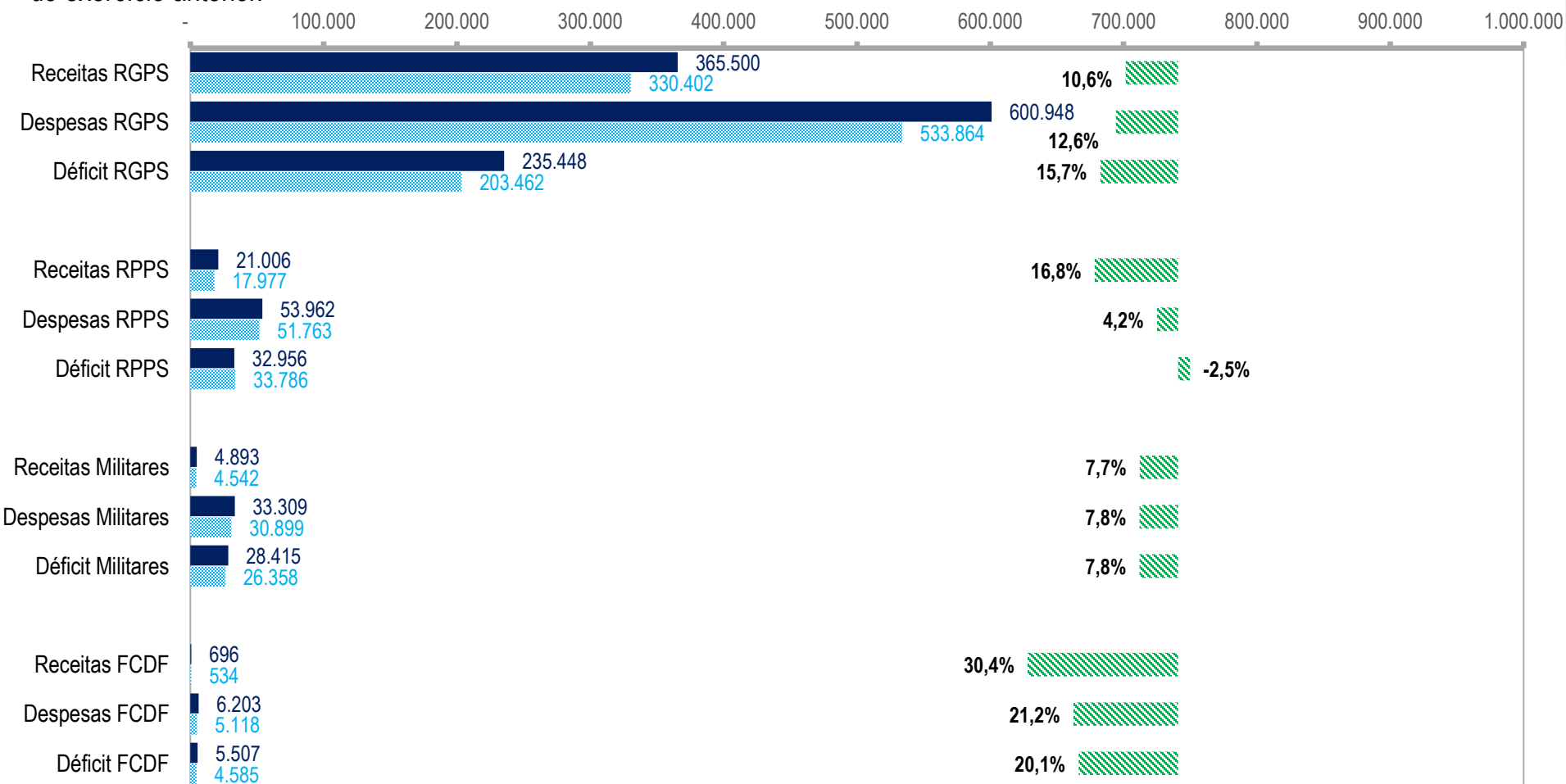
Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Junho/2026 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2026

■ 2025

■ Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 4.

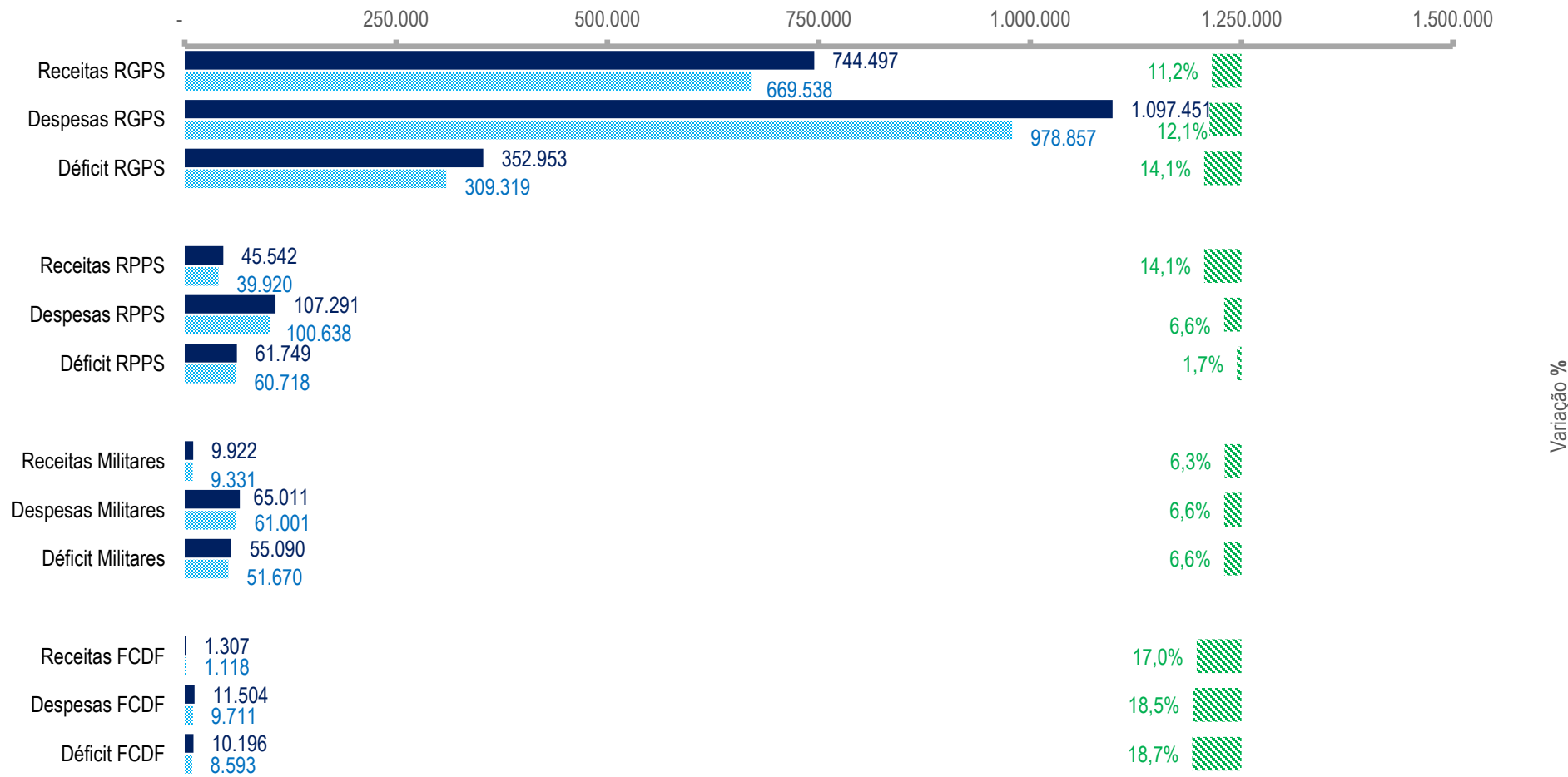
Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Jun/2025 a Jun/2026

■ Jun/2024 a Jun/2025

■ Variação (%)

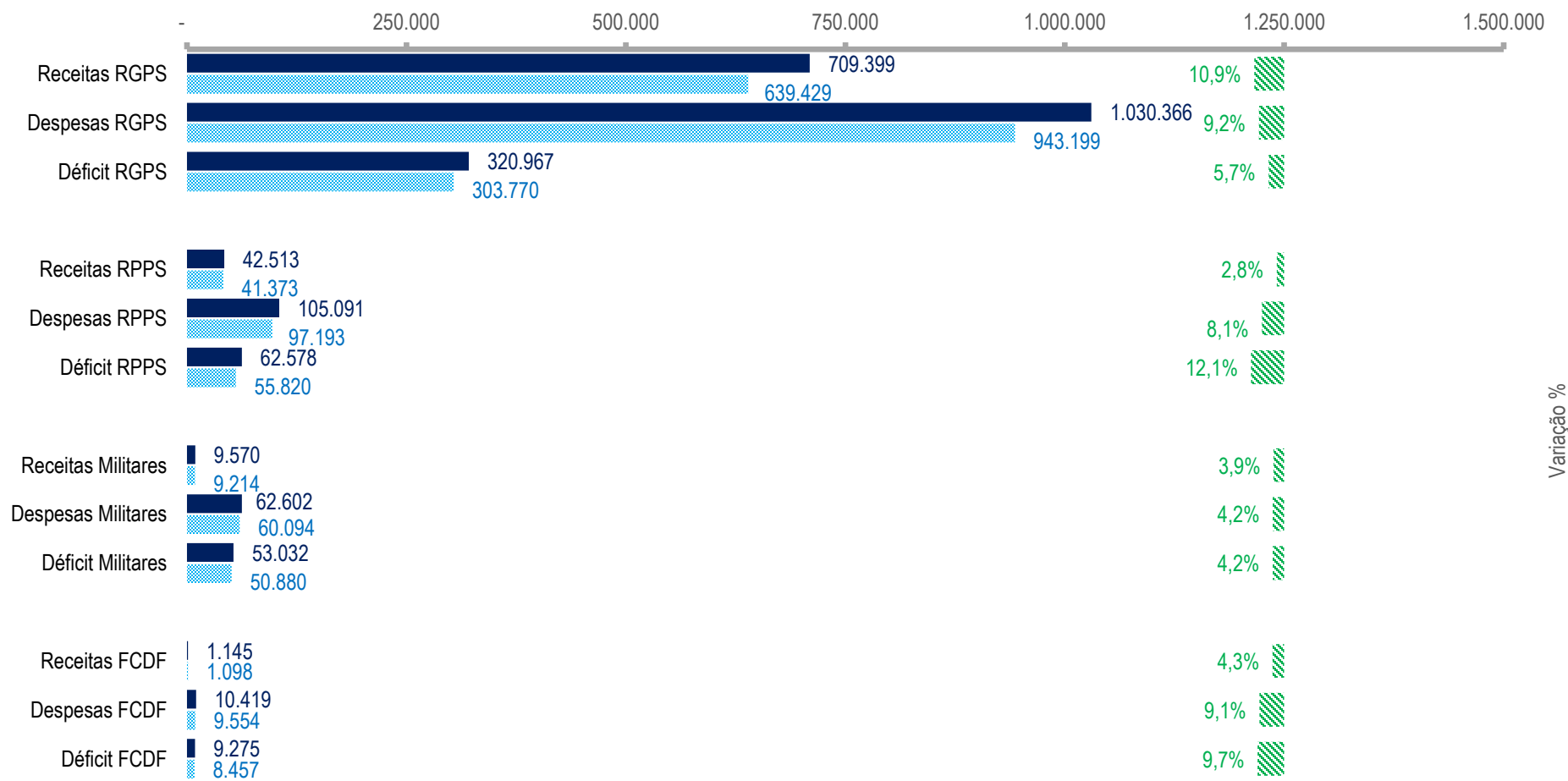
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 4.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2025 e 2024 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2025
- ▤ 2024
- ▨ % 2025/2024

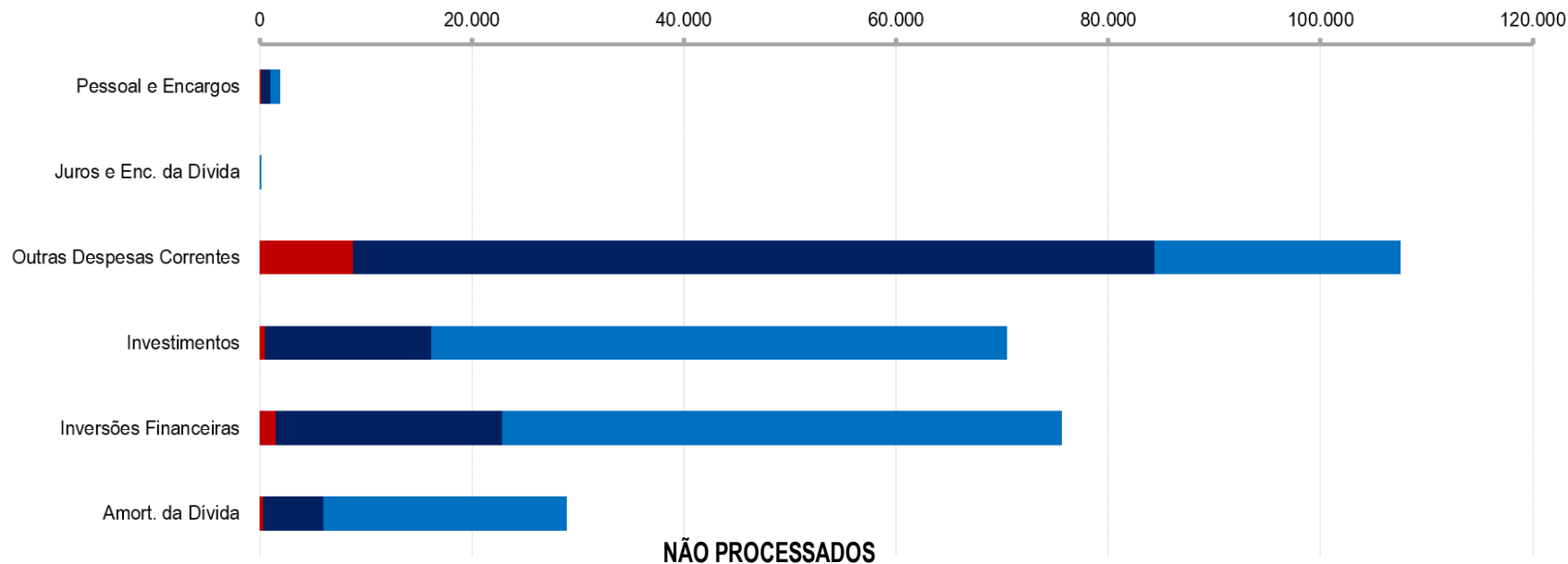
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 4.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Junho/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Não Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências na liquidação e no pagamento.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	158	-	8.804	492	1.536	362	11.352
Pagos	842	0	75.518	15.684	21.349	5.666	119.059
Saldo a Pagar	936	118	23.178	54.278	52.702	22.914	154.125
Total	1.937	118	107.499	70.454	75.587	28.942	284.536

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

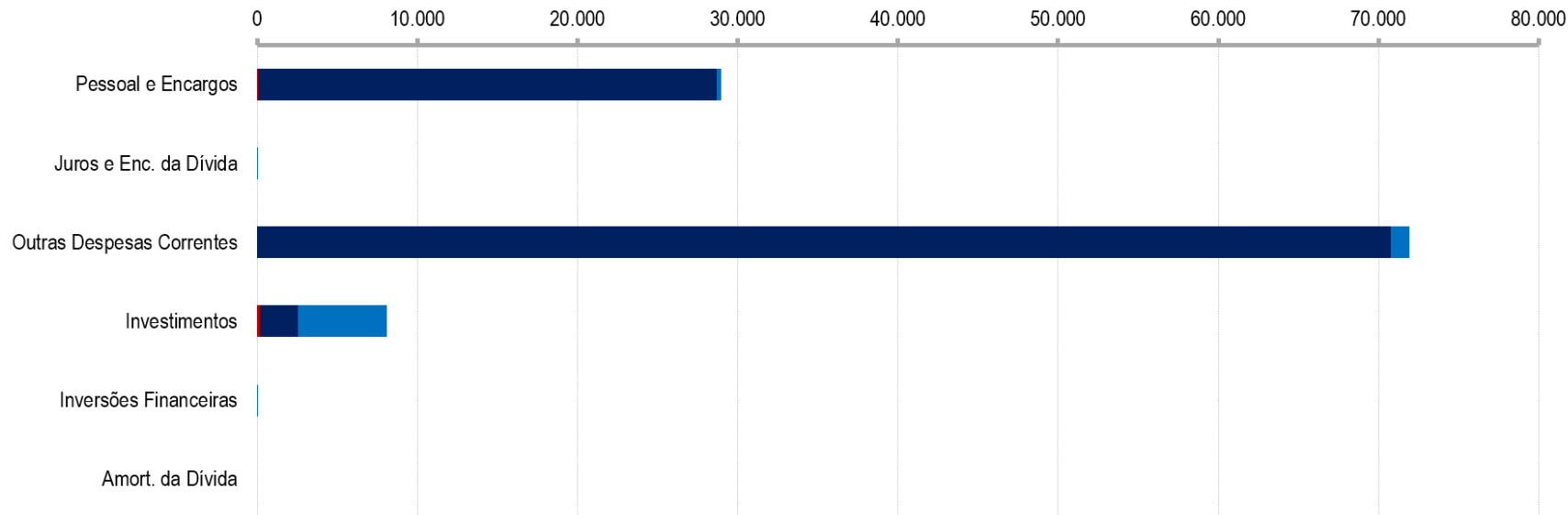
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Junho/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências apenas no pagamento.



PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	55	-	17	137	0	-	209
■ Pagos	28.654	-	70.749	2.395	1	-	101.798
■ Saldo a Pagar	262	1	1.150	5.540	40	-	6.994
■ Total	28.971	1	71.917	8.072	41	-	109.002

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Junho/2026 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Junho de 2026.



Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Junho) X Mínimo (em Junho)

Fonte: RREO

	R\$ bilhões											
Limite de Educação	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	JUN/2026
Despesas Executadas com Educação	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	110,9	129,9	60,6
Mínimo (até o mês)*	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	57,0	62,8	66,4	108,6	122,1	71,6
Despesa Excedente ao Mínimo	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	19,3	21,2	20,8	2,3	7,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 8.

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Junho/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Junho/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Junho	18% RLI	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2026	71,6	60,6	84,6%
2025	63,0	50,5	80,1%
2024	55,5	46,5	83,9%
2023	49,5	39,0	78,7%
2022	47,6	37,5	78,8%
2021	37,8	31,5	83,4%
2020	28,6	25,9	90,4%
2019	30,2	28,1	93,2%
2018	28,2	29,0	102,8%
2017	25,9	27,9	107,7%
2016	24,4	29,0	119,0%
2015	24,7	29,4	119,2%
2014	22,7	22,1	97,4%
2013	21,5	18,5	85,9%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 8.

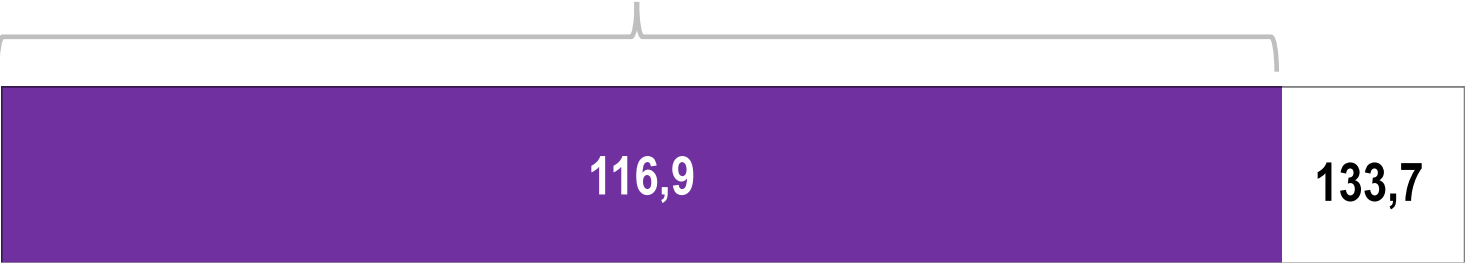
Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Junho/2026 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.

Executado 87,5% do limite mínimo



■ Despesas Executadas até junho/26

Mínimo (até o mês)

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Junho) X Mínimo (em Junho)

Fonte: RREO

Limite de Saúde	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	JUN/2026
Despesas Executadas com Saúde	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9	234,5	116,9
Limite Mínimo (até o mês)	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5	227,7	133,7
Despesa Excedente ao Mínimo	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4	6,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 12.

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Junho/2026 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Junho/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Junho	Mínimo	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2026	133,7	116,9	87,5%
2025	121,0	87,9	72,6%
2024	111,2	92,4	83,0%
2023	98,7	63,9	64,7%
2022	103,5	70,6	68,2%
2021	81,4	64,8	79,7%
2020	52,2	65,1	124,8%
2019	64,0	46,7	72,9%
2018	61,7	48,7	78,9%
2017	57,3	48,1	83,8%
2016	55,3	46,5	84,0%
2015	53,0	46,5	87,8%
2014	51,2	41,3	80,6%
2013	48,6	32,7	67,4%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Anexo 12.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Junho/2026 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO													
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RGPS	142,22	157,41	168,87	174,36	179,73	185,75	197,80	165,66	207,69	248,59	275,03	300,29	330,40	365,50
RPPS - Civil e FCDF	11,42	12,44	13,63	13,64	15,44	15,54	15,73	17,33	18,52	18,45	18,00	19,94	18,51	21,70
Pensões Militares	1,02	1,13	1,30	1,36	1,60	1,13	1,21	2,76	3,97	4,16	4,31	4,42	4,54	4,89
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	120,20	127,36	134,08	173,98	122,29	138,98	141,94	150,03	219,04	267,18	266,86	323,19	337,90	371,83
Total das Receitas	274,86	298,34	317,88	363,34	319,06	341,39	356,67	335,77	449,22	538,38	564,21	647,85	691,35	763,93
Despesas da Seguridade Social														
Despesas do RGPS	171,74	187,35	203,52	235,01	262,81	275,27	292,53	360,52	384,03	419,65	465,57	498,21	533,86	600,95
Saúde	32,61	41,27	46,21	46,49	48,05	48,67	46,67	65,08	64,83	70,63	0,06	92,37	87,89	116,93
Assistência Social	29,80	32,05	35,05	37,83	41,53	43,17	45,63	177,06	75,07	83,98	129,33	140,14	146,01	148,59
RPPS - Civil e FCDF	31,62	31,53	34,18	35,55	40,73	42,11	44,67	47,08	48,12	47,37	49,93	53,28	54,25	60,16
Seguro Desemprego	15,98	15,30	19,89	18,41	19,15	18,16	18,36	20,03	18,34	20,46	22,26	25,30	28,42	26,60
Pensionistas Militares	12,30	15,65	17,26	8,42	9,54	10,65	11,39	11,46	12,00	12,57	13,10	13,55	13,90	14,93
Abono Salarial	0,38	0,11	0,55	9,17	7,66	7,93	8,31	14,25	10,76	22,60	20,48	19,09	20,06	21,81
Demais Despesas	10,11	11,16	12,13	12,65	15,11	16,10	16,11	16,81	17,35	17,14	84,04	20,78	21,53	25,21
Total das Despesas	304,52	334,42	368,80	403,54	444,58	462,05	483,67	712,28	630,49	694,39	784,78	862,71	905,93	1.015,18
Resultado														
Resultado da Seguridade Social	-29,66	-36,08	-50,92	-40,19	-125,52	-120,65	-127,00	-376,51	-181,27	-156,01	-220,57	-214,86	-214,58	-251,26
Receitas Desvinculadas (DRU)	28,45	29,70	30,82	0,00	47,32	54,18	54,79	0,10	0,10	0,10	0,12	0,12	0,14	0,14
Resultado com Receitas Desvinculadas	-1,21	-6,39	-20,10	-40,19	-78,20	-66,48	-72,21	-376,41	-181,17	-155,91	-220,45	-214,74	-214,44	-251,12

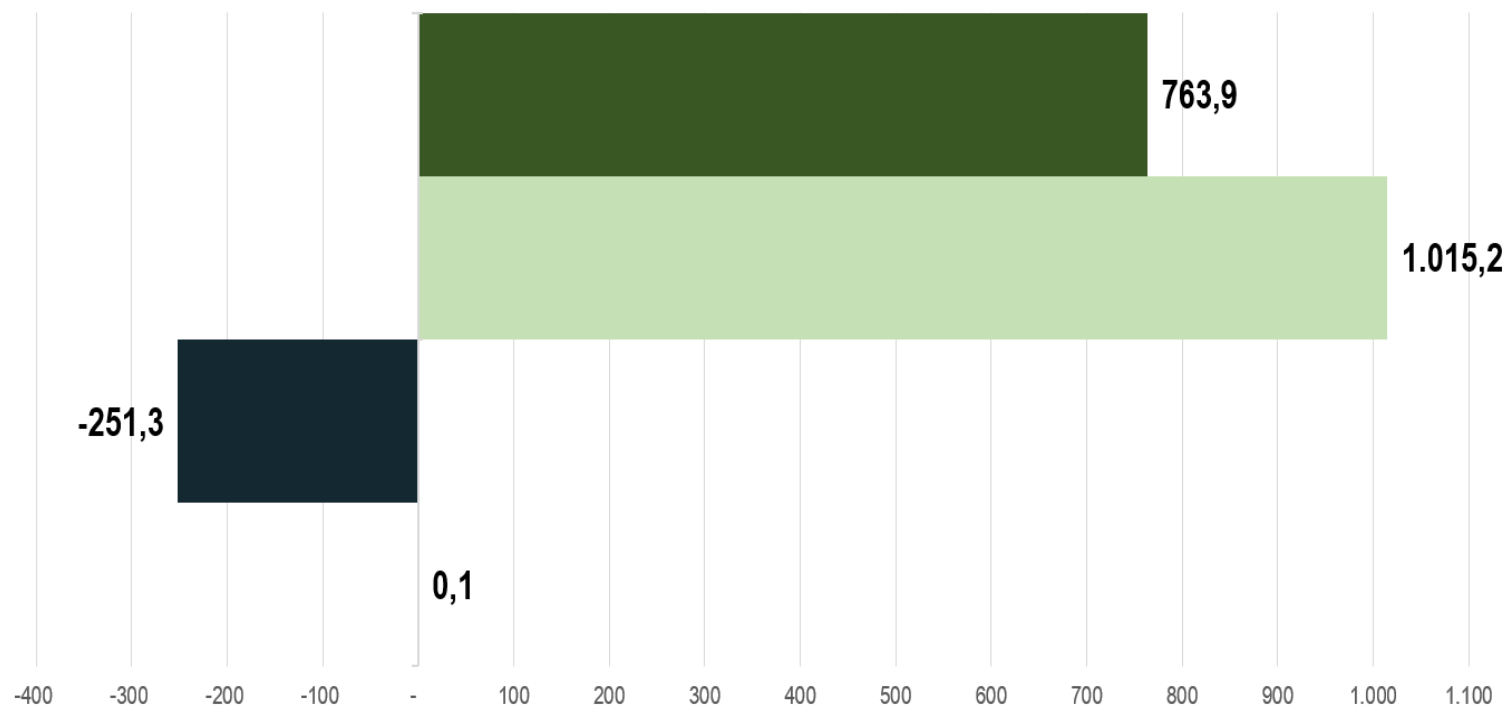
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Tabela 1.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Junho/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Junho de 2026, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	764
Despesas da Seguridade Social	1.015
Resultado	-251
DRU	0

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

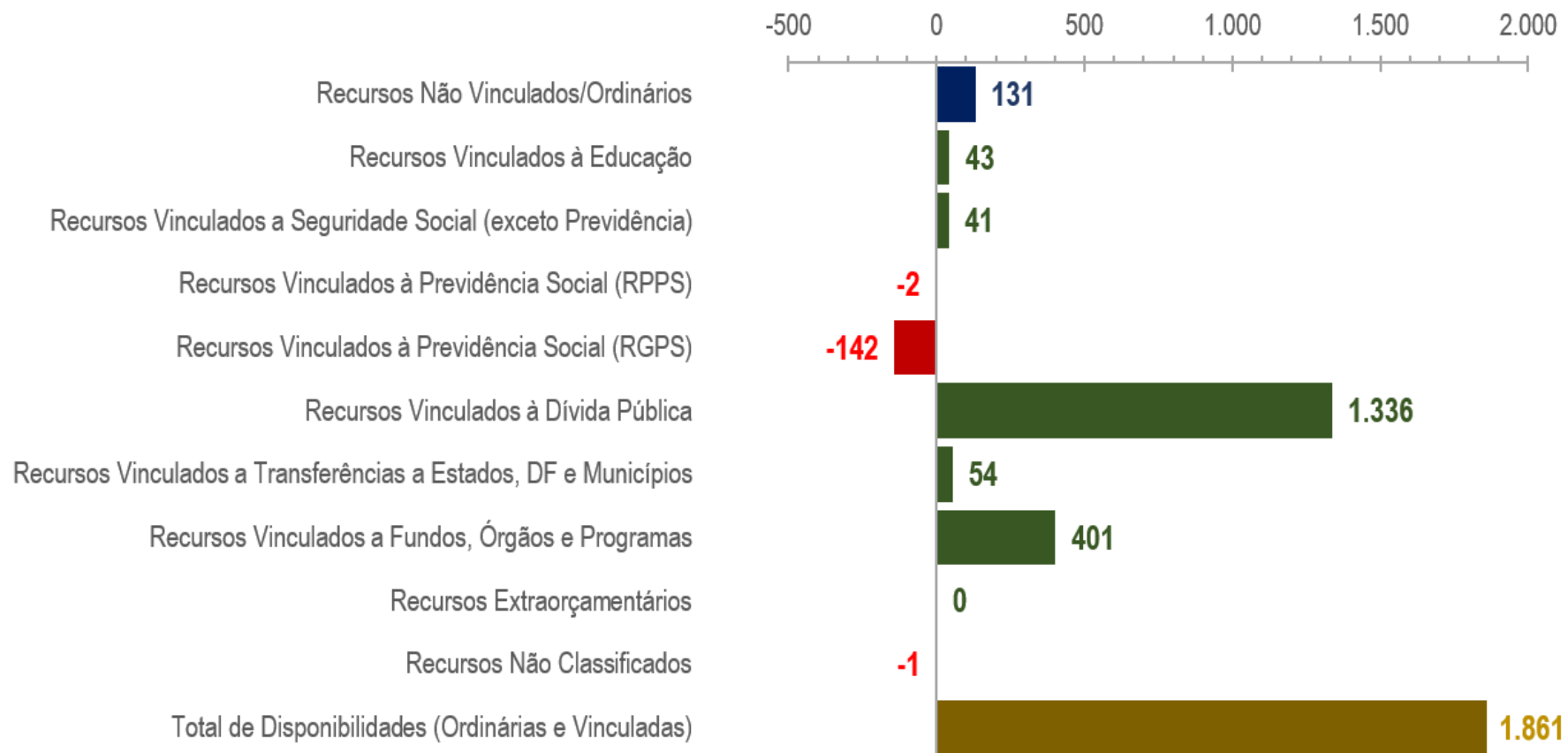
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Tabela 1.

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Junho/2026 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Junho de 2026, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Junho de 2026, Tabela 4.